

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PARTICIPANTES DE UM CURSO DE- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Fernanda Duarte Araújo Silva

Resumo

Esse artigo possui o objetivo de abordar reflexões sobre um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado para Pessoas Surdas. Entre as questões que nortearam esse trabalho está: Quais as representações sociais dos professores das escolas públicas sobre a inclusão de alunos surdos na escola regular? Quais são as principais dificuldades para que a inclusão de alunos surdos aconteça? Utilizamos um dos fóruns do curso para apreendermos alguns dos diálogos estabelecidos pelos cursistas no que diz respeito à educação de surdos. O referencial teórico metodológico utilizado foi o das Representações Sociais, na perspectiva moscoviciana. As reflexões e diálogos tecidos pelos sujeitos nos mostram que questões como falta de profissionais, falta de infraestrutura, necessidade de formação docente para atuar com as diferenças foram bastante comentadas no fórum.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Surdos.

Introdução

Esse artigo possui o objetivo de abordar reflexões sobre um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado para Pessoas Surdas, realizado no ano de 2013. O curso possui carga horária de 180 horas e constitui-se como uma vertente da rede de formação continuada à distância de professores em Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Especial (SEESP), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e possui entre seus objetivos oferecer formação continuada à distância, via web, para professores da rede pública que trabalham ou queiram se qualificar para trabalhar com alunos surdos na modalidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle é um espaço destinado à interação e comunicação entre coordenação, professores formadores, tutores e alunos. Entre os conteúdos abordados no curso estão: Introdução a Educação à Distância; Políticas Educacionais Públicas Brasileiras destinadas à Educação de Pessoas Surdas; Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos e Noções Básicas de Libras.

Temos o intuito de identificar as representações sociais dos cursistas sobre as dificuldades e possibilidades do trabalho com a educação de surdos. Entre as questões

que nortearam esse trabalho estão: Quais as representações sociais dos professores das escolas públicas sobre a inclusão de alunos surdos na escola regular? Para esses sujeitos, quais são as principais dificuldades para que a inclusão de alunos surdos aconteça? Quais as condições necessárias e fundamentais para que a inclusão de alunos surdos aconteça com compreensão da diferença surda e ao próprio trabalho do professor?

A proposta do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado para Pessoas Surdas é proporcionar por meio de fóruns, espaços de aprendizado, que deve ocorrer de forma interativa no ambiente virtual, com a participação efetiva dos alunos em discussões teóricas e práticas acerca da Educação Especial, das políticas públicas de inclusão escolar e da mediação pedagógica na construção do conhecimento (BRASIL, 2007).

Segundo Kenski (2001) é no fórum que todos os alunos têm a melhor oportunidade, mais do que no chat e na aula presencial, de apresentar o que pensam e se posicionarem diante do que está sendo trabalhado no curso. Assim, o mesmo constitui-se num espaço privilegiado, é a essência do curso virtual porque ele é assíncrono, é um espaço democrático, aberto para a participação de todos e as mensagens podem ser recuperadas e rediscutidas durante todo o curso.

Dessa forma, utilizaremos um dos fóruns do curso para apreendermos alguns dos diálogos estabelecidos pelos cursistas no que diz respeito à educação de surdos. Mantivemos o anonimato de todos os cursistas que participaram desse trabalho.

O referencial teórico metodológico utilizado foi o das Representações Sociais, que se constitui como uma vertente sociológica de Psicologia Social, com origem na Europa, a partir da publicação realizada por Moscovici (2003) em seu estudo *La Psychanalyse: Son image et son public*.

Segundo Moscovici (2003), a representação é considerada social por três aspectos, sendo eles: o primeiro, quantitativo, em que define sua extensão numa coletividade; os outros dois qualitativos, uma vez que se trata de concebê-la expressão, ou produção de uma formação social, ou de analisar sua própria contribuição, ou função, no processo de formação e de orientação das condutas e das comunicações sociais (KAES, 2001).

Segundo Jodelet (2001) as representações sociais na perspectiva moscoviciano podem ser compreendidas como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p.36) e são fundamentais por orientarem nosso modo de

nomear e definir conjuntamente os distintos aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e nos posicionarmos frente a eles de forma defensiva. Nesse contexto, buscaremos apreender essa forma de conhecimento elaborada pelos cursistas acerca da educação de surdos.

Para a organização desse trabalho nos apoiaremos em Jodelet (2001) que afirma que as Representações Sociais giram em torno de três questionamentos: quem sabe e de onde sabe? O que e como sabe? Sobre o que sabe e com que efeitos? Nos próximos tópicos analisaremos quem são os participantes desta pesquisa, quais os conteúdos dos fóruns e qual o discurso dos sujeitos.

Quem são nossos sujeitos...

Analisamos uma amostra dos fóruns de discussão de uma turma do Curso de Aperfeiçoamento Educacional Especializado para Alunos Surdos. Nessa, identificamos um total de 26 sujeitos. Desses, apenas 19 realizaram a atividade proposta, sendo 14 mulheres e 05 homens. Todos são professores de escolas públicas dos Estados de: MG, BA, SC, PR, TO, RS, SE, RJ e possuem curso superior.

O que sabem sobre educação de surdos e com que efeitos...

Para o desenvolvimento dessa pesquisa que teve como objetivo identificar as representações sociais dos participantes do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos, analisamos um dos fóruns de discussão desenvolvido no curso, na Unidade II que contempla temáticas como: Constituição de 1988, Lei nº 9.394/96, Declaração de Salamanca, Decreto Legislativo Nº 186 e Decreto Nº 6.949/09, Política Nacional de Educação Especial e Decreto nº 7.611 de 2011 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, entre outros.

Sabemos que a Educação Inclusiva constitui-se como um dos temas mais discutidos na atualidade e entre os eventos mais significativos que contemplaram questões referentes à inclusão, encontramos um que ocorreu em 1990, em Jomtien, Tailândia, intitulado: “Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. A partir desse evento foi aprovado a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Em 1994, na Espanha, tivemos a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade” que resultou na Declaração de Salamanca,

que destaca a necessidade das escolas regulares se constituírem como um espaço para a Educação Inclusiva: “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p.2).

Em 2008 encontramos a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) elaborada por um grupo de profissionais da Secretaria de Educação Especial/ MEC e por pesquisadores na área de educação. A partir dessa política foram construídas diretrizes gerais para garantir a todos os alunos a oportunidade de estudar em turmas regulares, além de terem a oportunidade de participar do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No entanto, apesar de todos esses avanços, 12 dos 19 sujeitos destacaram no fórum analisado, que ainda hoje, encontramos inúmeras dificuldades no que diz respeito à inclusão de alunos surdos nas escolas regulares, como podemos perceber em algumas das falas:

Sabemos que o termo inclusão há muito tempo vem sendo debatido em muitos espaços, que apriori nos causa uma boa impressão. Contudo, quando partimos para a prática, a realidade é totalmente contraditória. A escola regular não tem profissionais habilitados para trabalhar com alunos surdos. (SUJEITO 5)

A inclusão de alunos surdos na escola regular ainda é um desafio para todos. A escola regular na maioria das vezes, demonstra uma baixa expectativa quanto ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo. (SUJEITO 15)

Três sujeitos quando questionados como percebem a inclusão de alunos surdos na escola regular não relataram os desafios para a educação de surdos, mas suas potencialidades, como na fala abaixo:

A inclusão de alunos surdos na escola regular é algo maravilhoso, pois proporciona interação linguística entre alunos surdos e ouvintes, promovendo com isto uma transitoriedade entre línguas oral (português) e língua de Sinais (libras). Além de possibilitar situações problemáticas ao aluno surdo, com isso lhe propiciando um melhor desenvolvimento psicossocial. (SUJEITO 2)

Vygotski (1997) concentrou seus estudos nas possibilidades que a pessoa com deficiência possui, nas suas potencialidades e na forma com que age sobre o meio. Reafirma várias vezes a importância da socialização, criticando a exclusão em instituições especializadas e a redução do raciocínio ao déficit do indivíduo. A

compensação diz respeito a alternativas de atuação que supere as limitações. Para o autor, o meio social é precursor do processo educacional, o papel do educador é de organizar e regular este meio. A aprendizagem só é possível quando o interesse do aluno é levado em consideração, para que ela ocorra é preciso motivação, é necessário que este interesse seja despertado e suscitada a descoberta por meio da ação do sujeito. Cabe ao professor intervir de maneira ativa nos processos de desenvolvimento dos interesses de seus alunos.

Encontramos um sujeito que respondeu à fala destacada acima, do sujeito 2:

Espero que essa maravilha chegue às escolas da minha região, pois até o momento a inclusão tem trazido transtornos, pois muitos professores só aceitam tal realidade por estarem impossibilitados de recusarem. Infelizmente já vi professores entrarem em depressão por receberem alunos com alguma deficiência em sua sala. Estou buscando conhecer o máximo desse mundo justamente para tentar ajudar a mudar a realidade por aqui, pois não temos profissionais que tenham conhecimento de Libras. Falta ainda muita coisa para que as nossas escolas sejam realmente inclusivas.(SUJEITO8).

Sete sujeitos não responderam no fórum sobre como percebem a inclusão de alunos surdos na educação regular.

Esses dados nos mostram que as representações sociais desses profissionais das escolas públicas que atendem ou pretendem atender no AEE contemplam que a inclusão ainda não ocorre como deveria, segundo os estudos, políticas, propostas curriculares em todo país. Para César (2003) a escola inclusiva é aquela onde se contempla a diversidade, concebendo-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar e não como um perigo que coloca “em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social. ” (p.119).

Outra questão abordada nesse fórum foi: Quais dificuldades vocês apontariam hoje em sua escola, para que a inclusão de alunos surdos aconteça? Dos 19 sujeitos que participaram dessa atividade apenas um não respondeu essa questão e demais enfatizaram que a maior dificuldade refere-se à falta de profissionais, como intérpretes e falta de formação para os professores das salas regulares, como podemos perceber na fala a seguir:

Posso apontar como uma das dificuldades encontradas na instituição onde trabalho, especificamente no que se refere ao trabalho com o aluno surdo, a falta de professores que detenham conhecimento da Libras. Já ouvi professores dizerem não saber o que fazer por ter um aluno surdo em sua classe e não ter ideia de como agir com este estudante, na época eu não tinha o conhecimento que tenho hoje e não pude ao menos tentar ajudar. Com relação a outras deficiências, infelizmente já presenciei colegas depressivos, a ponto de se afastar da sala, por recomendações médicas e o profissional atribuir a sua depressão à presença de aluno com deficiência em sua classe. (SUJEITO 7)

Silva (2010) analisa que a formação continuada do docente para a inclusão e o AEE, se insere como direito e ao mesmo tempo como dever dos profissionais, pois

Os docentes além de possuírem o direito de participarem de programas e projetos de formação continuada, possuem ao mesmo tempo, o dever de o realizar, como forma de garantir aos seus alunos a possibilidade de usufruir de um processo de escolarização de melhor qualidade, isto pois o fato de estarem em permanente movimento de formação se mantém atualizados quanto aos avanços científicos e pedagógicos que lhes subsidiarão no cotidiano escolar (SILVA, 2010, p. 15).

Goffredo (1992) e Manzini (1999) também destacam que a implantação da Educação Inclusiva possui inúmeros limites e dificuldades, entre elas a falta de formação de profissionais das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais; infra-estrutura adequada; condições materiais para o trabalho pedagógico junto às crianças surdas e ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com os alunos.

Sobre a falta de intérpretes, encontramos a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva publicada no ano de 2008, que destaca como uma das incumbências dos sistemas de ensino:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de LIBRAS e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p. 17).

Vale destacar que o decreto 5.626/05 enfatiza que a disciplina de Libras deve fazer parte do currículo para a formação docente, assim o ensino superior deve se responsabilizar pela formação inicial para a Educação Inclusiva. Segundo Fonseca (1995) os cursos de formação inicial e continuada precisam preparar com urgência todos os professores para atuar na Educação Inclusiva, só assim teremos êxito nessa inclusão.

Ainda sobre a questão da formação docente, encontramos Libâneo (2007) que destaca que novas exigências educacionais solicitam às universidades e cursos de formação um professor que consiga ajustar sua didática às atuais realidades da sociedade, do conhecimento, do aluno, dos diversos universos culturais, dos meios de comunicação.

A partir de uma formação inicial e permanente, oferecida pelo Ensino Superior, bem como pelas próprias instâncias educativas, como escolas e centros de formação, questões como eliminar os preconceitos e reconhecer as diferenças como condição humana, são questões emergentes para serem discutidas e repensadas. Encontramos em dois momentos do fórum a questão do preconceito sendo abordada, como podemos confirmar nas falas abaixo:

Algumas dificuldades que apontaria hoje em minha escola para que a inclusão de alunos surdos aconteça, acredito ver nos próprios funcionários da escola que atende alunos com deficiência ser visto como “coitado”, pois ainda hoje existem muitos diretores que vêem a educação inclusiva como algo que não possibilita resultados e não gera índices para escola, pois infelizmente o que vale atualmente é quantidade e não qualidade. Isto é um pensamento muito triste. (SUJEITO 3)

A principal dificuldade ainda é a questão do preconceito, a exclusão da pessoa com deficiência por parte de muitos profissionais e também pela própria família. (SUJEITO 14)

Um dos sujeitos utilizou no fórum a seguinte diferenciação entre surdos e ouvintes:

Acredito ser muito enriquecedor aos alunos "normais" e aos alunos surdos, porque os alunos surdos aprendem a interagir com pessoas não surdas e esses aprendem a valorizar o outro, contribuindo para a diminuição do preconceito entre eles. (SUJEITO 19)

O discurso do Sujeito 19, caracteriza uma visão que busca a normalização, a classificação, em grupos “normais” ou “surdos”, ou seja, os últimos seriam os "anormais". Neste sentido, o outro é aquele possuidor de diferenças, como destaca Skliar (2003), a exclusão é posta no sujeito, refere-se a uma carência dele, e, portanto, é de sua responsabilidade a sua condição. “Trata-se de um indivíduo que não tem, não possui, não dispõe dos atributos para deixar de ser o que é” (p.88). Assim, a deficiência é o desvio da norma, corresponde ao corpo desajustado ou corpo diferente, sendo este, um discurso impregnado de preconceitos e imposto por uma ideologia dominante que prevê o controle e a norma.

Outra questão abordada nesse fórum foi: Quais são as condições necessárias e fundamentais para que a inclusão de alunos surdos aconteça com compreensão da diferença surda e ao próprio trabalho do professor? Três sujeitos não conseguiram responder a atividade. Cinco sujeitos enfatizaram a responsabilidade do professor nesse processo:

É necessário que haja muita compreensão, interação do professor com o aluno surdo, visto que ele ainda se sente rejeitado, e, o professor assustado ao lidar com esta situação. (SUJEITO 1)

Dentre as condições necessárias e fundamentais para a inclusão de alunos surdos na escola, é preciso que acima de tudo, aja por parte do professor interesse e uma maior sensibilidade quanto a sua função de educador. Um aluno surdo é mais um aluno como outro qualquer, porém, com algumas limitações que, com atenção, dedicação do professor ele pode se sentir mais estimulado a frequentar a classe regular. Dessa forma, o aluno pode estar de fato, incluído no processo de ensino e aprendizagem e, não apenas presente fisicamente na escola regular. (SUJEITO 5)

Sobre essa responsabilização do professor nesse processo de inclusão, concordamos com Fidalgo (2009) ao destacar que devemos ficar atentos à intensificação do trabalho docente:

A intensificação do trabalho docente vem se acirrando em virtude tanto da hegemonia da diáde neoliberalismo/globalização quanto da implementação do conjunto de reformas educacionais veiculado após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9.394/96). Consequentemente os professores estão vivenciando uma situação de proletarização, enfrentando uma crise profissional, ao mesmo tempo em que são vistos como técnicos e executores reduzidos à tarefa de implementar reformas concebidas de forma verticalizada (FIDALGO, 2009, p.139).

Outros nove sujeitos enfatizam a necessidade da escola se preparar, além da necessidade de formação para os professores, como percebemos nas falas abaixo:

Para que haja uma real inclusão do aluno surdo, deve-se primeiramente preparar a escola, realizando cursos e palestras esclarecedoras sobre o surdo e sua cultura, com isso sensibilizar os professores quando a diferença linguística, cultural, do educando com surdez. Creio que com estas atitudes, a inclusão se dará de forma positiva e plena, sem entraves gerados por falta de informação ou medo do novo. (SUJEITO 2)

Algumas das condições necessárias e fundamentais para que a inclusão dos alunos surdos aconteça com compreensão da diferença surda e ao próprio trabalho do professor devemos começar preparando a escola, realizando capacitações sobre a educação e cultura surda, com isso, mostra as diferenças quanto a linguagem e desenvolvimento da aprendizagem. (SUJEITO 3)

Apenas dois sujeitos mencionaram no fórum a necessidade de uma reestruturação curricular nas instituições escolares, como exemplifica a fala abaixo:

Pensando em
uma
educação que
supostamente
seria para
todos

percebemos que a construção do currículo voltados para atender a todos sem discriminação seria uma ação, para construir atitudes inclusivas, as salas regulares deveriam dispor de interpretes de LIBRAS para atender o aluno surdo. Enfim, a educação deve passar por uma reestruturação nas bases, a fim de construir uma escola inclusiva. (SUJEITO 4)

Percebemos assim, por meio desses diálogos que mesmo com estudos, pesquisas e políticas que visam garantir a efetivação de uma educação inclusiva, ainda encontramos currículos escolares que precisam ser repensados, reconstruídos e flexibilizados,

visando garantir um trabalho pedagógico que contemple e valorize as diferenças e potencialidades dos estudantes.

Algumas Considerações...

Para Moscovici (2003) ao estudarmos as representações sociais estamos estudando o ser humano, no momento que questiona e busca respostas ou pensa e não quando ele processa uma informação ou se comporta. Assim, os objetivos desses estudos não se centram no comportar-se, mas na compreensão. Nessa linha, compreendemos que esse fórum pesquisado constituiu-se num momento de aprendizado para os cursistas e possibilitou um diálogo no ambiente virtual, sendo então, concebido como um importante instrumento para a reflexão e interação dos sujeitos no ambiente virtual.

Nessa perspectiva, concordamos com Kenski (2002) ao afirmar que a interação com o conhecimento e com as pessoas no processo de aprendizagem é muito importante, assim, para transformarmos um determinado grupo de informações em conhecimentos é preciso que estes sejam trabalhados, discutidos, comunicados. A interação entre o grupo, os diversos posicionamentos diante das informações, os debates e as reflexões contribuem para a construção da aprendizagem, “as múltiplas interações e trocas comunicativas entre parceiros do ato de aprender possibilitam que estes conhecimentos sejam permanentemente reconstruídos e reelaborados” (KENSKI, 2002, p. 258).

As reflexões e diálogos tecidos pelos sujeitos que participaram do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado para Pessoas Surdas, por meio do CEPAE, nos mostram que suas representações sobre as dificuldades e possibilidades do trabalho com a educação de surdos coadunam com os estudos e pesquisas realizadas no meio acadêmico.

Questões como falta de profissionais, falta de infra-estrutura, necessidade de formação docente para atuar com as diferenças foram bastante comentadas no fórum. Concordamos com esses sujeitos e, neste sentido, diversos autores (MANTOAN,1997; BUENO, 2008; SILVA, 2010; GLAT, 2010) destacam que o movimento de inclusão carece de uma estrutura que contemple recursos diversos de ensino e aprendizagem, sendo importante que ocorram mudanças de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em busca de uma educação que tenha como princípio básico as necessidades de todos os sujeitos.

Vale destacar que nossas ideias, nossas representações são criadas por meio dos discursos de outros, das experiências que vivemos, do ambiente social ao qual pertencemos. Segundo Farr (1995), é no momento em que as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações sociais são construídas. Nesse contexto, essas representações sociais dos sujeitos pesquisados, sobre inclusão estão disseminadas no interior de nossa cultura e possuem a capacidade de reconstruir constantemente nosso ambiente.

Para não concluir, destacamos que o processo de inclusão escolar na realidade das escolas públicas brasileiras encontra-se num movimento marcado por avanços e impasses. Apesar dos avanços dos atuais marcos normativos/legais, em especial as políticas educacionais voltadas para o público da Educação Especial, esses aspectos legais não vêm sendo materializados plenamente na realidade da escola pública. Explicita-se, assim, a lacuna existente entre a intenção e o gesto, o legal e o real, o discurso e a prática cotidiana. O caminho ainda é longo para que a educação de surdos seja realidade de fato nas escolas públicas, indo além da retórica e do discurso legal e político.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, *Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial*. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP: Brasília, Edital nº 02, 2007.
- BRASIL. *Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Nota Técnica-SEESP/GAB/Nº 11/2011*. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE em salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília, 2010.
- BRASIL. *Decreto nº 7.611* de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.
- CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In David Rodrigues(org.), *Perspectivas sobre a inclusão*. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.p. 117-149
- FARR, Robert M. Representações Sociais: A Teoria e sua História. In: GUARESCHI, P.;JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 8ª. Ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 1995. p.31-62.
- FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M.A.M.; FIDALGO, N.L.R. Trabalho docente, formação continuada e tecnologias. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M.A.M.; FIDALGO, N.L.R.(orgs.). *A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade*. Campinas, SP: Papirus, 2009. p.135-161.
- FONSECA, V. *Educação Especial*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. *Inclusão Escolar de Alunos com necessidades Especiais*. Rio de Janeiro: eduerj, 2010.
- GOFFREDO, V. Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro.*Integração*, v. 4, n.10, 1992, p. 118-127.
- JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001. p.17-44.
- KAES, René. Psicanálise e Representação Social. In: JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.67-90.
- KENSKI, V. M. Processos de interação e comunicação mediados pelas tecnologias. In: ROSA, D., SOUZA, V. (orgs.). *Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos*.Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. Comunidades de aprendizagem: em direção a uma nova sociabilidade na educação. *Revista de Educação e Informática "Acesso"* - SEED/SP, n. 15, p. 49-59. dez. 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola pública- a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, p.19-44, 2007.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon Editora SENAC, 1997.
- MANZINI, E. F. *Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador?* Temas sobre desenvolvimento, v.7, n.42, 1999. p.52-54.
- MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Traduzido por PedrinhoA. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SILVA, L. C. A política de formação continuada de professores e a educação especial: algumas reflexões. In: *Políticas e práticas de formação continuada de professores para educação especial*. Uberlândia: EDUFU, 2010.
- SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença*. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- UNESCO, *Declaração de Salamanca*, 1994.
- VYGOTSKI, L. S. *Fundamentos de Defectologia*. Obras escogidas V. Editorial Pedagógica, Moscú, 1997.